

NOTAS E INFORMAÇÕES

Dívida Externa

A arte de perder amigos

A novela da renegociação da dívida externa brasileira alonga-se como se fosse impossível pôr-lhe fim. Os atores já se mostram cansados e irritados diante da atitude de um personagem que se recusa à réplica adequada. Diante da intransigência do governo brasileiro com os credores do setor público da economia, não se conseguiu concluir em tempo útil a renegociação com os bancos estrangeiros. Por causa disso, as autoridades norte-americanas acabam de decidir que os bancos privados dos Estados Unidos terão de registrar mais 20% de seus empréstimos de médio e longo prazo ao Brasil como prejuízo, o que implica pesada perda para aquelas instituições. Por outro lado, à falta de um acordo com os bancos, o Executivo não pode iniciar com o FMI as conversações que abririam as portas a outros financiamentos.

Explicando a posição dos bancos japoneses, assaz duros à mesa de negociação, o presidente do Banco de Tóquio, Takanori Susuki, especificou: "Não se pretende impedir o acordo, e sim fazer o governo brasileiro entender a realidade financeira internacional, que tem como ponto mais importante a credibilidade". Efetivamente, o governo brasileiro iniciou em outubro do ano passado a renegociação com os bancos estrangeiros, apresentando propostas que se sabiam inaceitáveis. Ao longo de cansativas conversações, o governo teve de ceder a cada dia um pouco e, por causa disso, hoje está às vésperas de chegar a um acordo. Embora a delegação brasileira houvesse afirmado que não se poderia pa-

gar imediatamente mais de 15% dos juros atrasados, propõe nestes dias 24,5%, sabendo que os bancos aceitarão 25%! Conseguiu-se também que o pagamento em dinheiro se faça em oito parcelas mensais, o que mostra a boa vontade dos credores. Havia-se pedido um prazo de carência de cinco anos; aceitou-se sua redução para três, enquanto os bancos pedem dois anos e meio. Quando tudo está pronto para a assinatura, a delegação prolonga a discussão apenas sobre as taxas de juro incidentes sobre os bônus que os bancos aceitaram para os juros atrasados não pagos em espécie. Com isso, o Brasil cansou as autoridades monetárias norte-americanas.

De fato, a Interagency Country Exposure Risk Committee (Ierc), encarregada da fiscalização dos bancos, havia decidido ampliar as exigências em relação aos créditos feitas em favor do Brasil: acrescera em mais 20% (tal proporção já havia sido determinada no ano passado) a porcentagem dos créditos considerados como perda. A Ierc, porém, retardou a divulgação de sua decisão, na esperança de que logo se chegaria a um acordo. Na ausência deste, a decisão passou à prática. Isso impõe aos bancos estadunidenses o registro de uma perda suplementar de cerca de US\$ 1,5 bilhão, num momento em que já enfrentam outras, como as provocadas pelos financiamentos habitacio-



nais. Ora, esses bancos detêm quase 70% da dívida do Brasil, sendo os mais abertos a concessões para evitar a mencionada exigência das autoridades de Washington. Assim, o Brasil perde amigos ou pelo menos aliados que, naturalmente, ficarão agora mais severos na fase final da negociação. No caso dos bancos dos outros países detentores de provisões superiores àquelas das instituições dos EUA, já se verificava uma posição de maior intransigência.

Mas, ao que parece, o objetivo dos nossos negociadores profissionais é perfilhar a linha terceiro-mundista da "Irmandade da Economia", fundamentada na hostilidade à Casa Branca.

A decisão da Ierc traduz certamente a exígua confiança das autoridades norte-americanas em relação ao êxito do Plano Collor 2, conforme assinala nosso correspondente em Washington, Paulo Sotero. Ademais, na ausência do acordo com os bancos, o governo brasileiro viu-se levado a adiar pela terceira vez consecutiva a vinda ao País da missão do FMI. Cumpre lembrar que o diretor-gerente do organismo internacional, Michel Camdessus, havia explicado em setembro último que só levaria à apreciação do board a carta de intenções do Brasil quando tivesse a certeza de que o acordo com os bancos credores estava bem encaminhado. Assim, perderam-se mais de seis meses sem obter o importante aval do FMI e permitiu-se ao mesmo tem-

po ao diretor-gerente da instituição verificar que a primeira carta de intenções do governo Collor de Mello não passava de documento sem valor. Entende-se, portanto, que hoje se mostre mais exigente: não só pretende que o acordo com os bancos seja assinado (quando anteriormente apenas exigia que estivesse bem encaminhado...) como também revela mais rigidez em relação ao Brasil, reclamando dados confiáveis para discutir a concessão de um crédito stand by. Isso indica a que ponto caiu a credibilidade do Brasil em todos os organismos internacionais.

Esse é o fruto da atitude do governo brasileiro na renegociação da dívida externa, em que pouco a pouco se perdeu o apoio de todos os que acreditavam no Brasil. Preço muito alto, que mereceria até uma análise por parte do Congresso, ao qual incumbiria o levantamento dos custos e benefícios de uma "renegociação soberana". O Brasil cedeu aos bancos credores por propor um esquema inaceitável e não conseguiu a ajuda do FMI, que teria permitido dispor de recursos novos e, especialmente, de outros do Banco Mundial, do BID e do governo japonês. O País está às vésperas de perder linhas de crédito para financiar seu comércio exterior e se não as perder sabemos, desde já, que serão as mais caras e de menor prazo. Os investimentos estrangeiros se apegunaram e hoje temos acesso ao mercado externo para operações de curto prazo, apenas a preço muito elevado. Não deveria o presidente Collor de Mello proceder a tempo a uma análise dessa situação?